

EDITORIAL

■ Proposta de Emenda Constitucional torna obrigatória a escola integral de 8 horas. • **PÁG.A2**

EDITORIAL

Desafio da educação

A Proposta de Emenda da Constitucional (PEC), apresentada pelo deputado Felipe Maia (Dem-RN), aprovada nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e que torna obrigatório o ensino fundamental integral, em turno de oito horas, será submetido à apreciação de outra comissão especial da Casa antes de sua votação em plenário.

Nos termos da proposição aprovada, porém, não se dá prazo nem se define a fonte de recursos para financiar a ampliação do horário integral a toda a rede de ensino fundamental, pois como justificou o seu autor "isso fica para uma futura regulamentação", não cabendo à Constituição a previsão de prazos a esse respeito.

Não obstante, ainda que admitisse, como o fez, que "o Brasil tem que caminhar nessa direção", o ministro da Educação, Fernando Haddad, ponderou que "seria melhor se houvesse um prazo e uma fonte de recursos para financiar essa mudança".

A propósito, informou também que o MEC dispõe, em seu orçamento deste ano, de recursos para

apoiar 4,4 mil escolas que terão turno integral. Em 2008, foram 1,4 mil e está previsto que, em 2010, serão 10 mil as escolas onde deverá ser implantado o regime de horário integral. Além disso, conforme explicou, segundo os critérios do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), um estudante matriculado em turno integral vale, para o Estado ou município, 25% a mais no repasse dos respectivos recursos.

Ainda que se trate, por certo, de um passo cujo alcance não pode ser subestimado, a aprovação da PEC, nesta etapa inicial, sinaliza uma iniciativa a mais no conjunto de quantas, inclusive o próprio Fundeb, interessam de perto a todo um esforço de melhoria da qualidade do ensino fundamental, de modo a conferir-lhe, como há tanto se propõe, padrões condizentes com sua importância no conjunto da política de educação e, de forma mais abrangente, para o próprio futuro do País.

Enquanto isso, em outro segmento, verifica-se segundo estudo feito pela Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), que o acesso de crianças brasileiras à edu-

cação infantil aumentou 82% em 15 anos, impulsionada pelo aumento da oferta, por uma melhoria no nível de escolaridade das famílias e até pela redução no número de filhos dos casais. Isso é tanto mais digno de nota pelo fato de a educação na faixa etária dos 4 aos 6 anos ser apontada, por especialistas, como responsável por gerar condições à autonomia e à autoconfiança das crianças, além de contribuir para a aquisição de habilidades cognitivas e seu próprio desenvolvimento intelectual e emocional.

Como se reconhece, aliás, "ainda temos muita carência de creches e escolas infantis, mas o acesso a essa etapa de ensino é fundamental se queremos ter uma um país com pessoas bem formadas".

Em tal contexto e nos sucessivos estágios de integração e aprendizagem que a estrutura de ensino propicia, o desafio da educação se coloca, cada vez mais, como prioritário, à luz do compromisso de assegurar condições para um processo de evolução equilibrada e para a plena realização das potencialidades individuais. ■